

2012 - Os imperativos dos poderes maioritários

Os imperativos dos poderes maioritários
por: Eugénio Costa Almeida©

É normal que uma classe ou organização partidária maioritária faça impor as suas ideias sem que, em regra, acolha as que emergem da oposição, mesmo que isso provoque, por vezes, querelas tanto a níveis locais como nacionais. Na realidade mais não são que formas que as oposições têm para tentar reverter as posições imperativas dos poderes maioritários. Mas quando estes poderes se assentam em dogmas religiosos para criar leis e impor Constituições, essas coacções, por norma, acabam por terminar menos bem. É o que está a acontecer na região da Conflitualidade, ou lato sensu, na Palestina (engloba esta, Gaza e Israel) onde está instituída dois poderes antagónicos e, cada qual e na sua zona, maioritários. De um lado, um poder político-militar assente na salvaguarda da identidade étnica-cultural dominada por judeus e israelitas: Israel. Do outro, um poder mesclado de uma salvaguarda de uma identidade étnica-cultural, como Israel, com um assento num dogma religioso que tudo resguarda e dele ressalta a legitimidade para definir toda a política social e militar de extremistas. No meio, um povo que, tal como os judeus — e por sinal primo destes (há quem defenda que é a 13ª tribo da Judeia) — anda errante há milhares de anos sem que lhes devolvam a Terra prometida; os palestinianos. Recordemos que a Resolução 181/1947 da ONU além de não resolver a questão da Palestina, acabou por provocar a definitiva divisão da mesma entre judeus (Estado de Israel) e árabes (Palestina) — e Jordânia — deixando sem decisão a questão mais cadente, a da cidade de Jerusalém (do grego: Hierosolima; Almeida, 2003**), capital histórica dos dois contendores e religiosa das três principais religiões monoteístas: judaica, cristã e islâmica. Na primeira oportunidade, Israel ocupou e declarou como sua a cidade santa de Jerusalém. Mandou aqui o poder maioritário instituído que, neste momento, é dos israelitas que impedem os palestinianos de assumirem como sua capital, Jerusalém. E se esta é uma das razões para a constante conflitualidade na região, não é a única. Enquanto na Cisjordânia, dominada pela OLP e pela Al Fatah, Israel já é aceite e colhida como um Estado soberano implantado nas terras da Palestina, na Faixa de Gaza, o movimento extremista islâmico Hamas continua a não só não aceitar a “ocupação” como a não acolher a existência de judeus no que é secundarizado pelos iranianos. Não esquecer que o problema dos iranianos não está tanto na existência dos judeus na região mas pela necessidade que têm de serem vistos pelos árabes como um dos seus o que, na realidade, isso não acontece. Árabes e persas nunca souberam conviver entre si... E se a questão palestiniana parece não ter um fim visível para breve, devido ao poder maioritário instituído na zona — que, sublinhe-se, é um poder mais exógeno que local — também é verdade que esse conflito se reflecte nos vizinhos, com, hoje em dia, mais destaque para o Egipto. Ora no Egipto, depois do movimento da Praça Tahrir (Praça da Libertação) na sequência da chamada Primavera Árabe, quem, actualmente, domina a vida política maioritária do país são os “filhos” dos Irmãos Muçulmanos (também reconhecidos como Fraternidade Islâmica) surgidos, em Ismailia, em 1927, por inspiração de Hassan al-Bana. Pois os novos poderes egípcios procuram não hostilizar os dois poderes maioritários da Palestina embora as suas simpatias naturais se reflitam para os senhores do Hamas, não esquecendo que os Irmãos Muçulmanos, maioritários, e os seus aliados político-religiosos, tentam impor as suas prerrogativas políticas e dogmas religiosos na vida política e social do país. Por isso não surpreende que cristãos coptas e liberais que também estão representados no Parlamento egípcio, estejam a abandonar os trabalhos que dariam a criação de uma nova Constituição egípcia, acusando os Irmãos Muçulmanos e seus aliados de estarem a impor uma nova Carta Magna à imagem do livro sagrado dos islâmicos sem ter em conta as várias facções e linhas de pensamento político, social e religioso do país dos Faraós! Ora é bom que as novas autoridades egípcias não devam esquecer quem são que estão à sua volta e como ascenderam ao Poder. E, tal como os egípcios, todos os maioritários desta bela e assimétrica bola azul... ** ALMEIDA, Eugénio Costa, Fundamentalismo Islâmico, A Ideologia e o Estado, 2003©Artigo de Opinião publicado no semanário angolano Novo Jornal, secção “1º Caderno”, ed. 253, de 23-Novembro-2012, pág. 23. (citado no portal Club-K: pode ler aqui)